

Estudo Técnico Preliminar 32/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08350.011700/2023-66

2. Descrição da necessidade

2.1. MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS - O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar é a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, acessórios e/ou componentes para atender as necessidades do edifício sede da Polícia Federal em Minas Gerais (SR/MG), sede da Delegacia Regional de Polícia Judiciária em Minas Gerais (DRPJ/MG), Delegacia da Polícia Federal em Montes Claros (DPF/MOC/MG) e Delegacia da Polícia Federal em Uberlândia (DPF/UDI/MG).

2.2 A sede atual da SR/MG, localizada à Rua Nascimento Gurgel, nº 30, bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG será transferida para sede provisória, objeto de locação, para construção da nova Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais. A respectiva transferência ocorrerá entre os meses de março à maio de 2024, sendo necessário prever a manutenção preventiva e corretiva dos elevadores da sede atual (até a desocupação do prédio) e dos prédios objeto da locação (Edifício Raja Quick e Edifício Tuma).

2.3 A referida manutenção é de elevada complexidade, feita por empresas especializadas, baseando-se em parâmetros de rotinas de serviços preventivos e corretivos, quer para garantir seu perfeito funcionamento evitando a ocorrência de problemas, quer para atuações emergenciais e pontuais.

2.4. Considerando que inexistem, nos quadros atuais desta Administração, servidores com as habilidades para desenvolvimento das atividades ligadas a manutenção de elevadores e que tais atividades não constituem objeto dessa Instituição, a alternativa da terceirização se traduz em otimização desses serviços, haja vista a economia de gastos e tributos sociais com pessoal.

2.5. O serviço de manutenção dos elevadores tem a classificação como contínuo, possibilitando a manutenção contínua e ininterrupta dos equipamentos de transporte vertical da Polícia Federal, garantindo todas as condições de segurança necessárias para o desempenho das atividades do órgão, além de zelar pela preservação dos equipamentos que são parte do patrimônio público.

2.6. Os serviços de manutenção de elevadores atualmente prestados à SR/MG e DRPJ/MG foram contratados através do Pregão Eletrônico nº 06/2018 SR/PF/MG e Processo SEI Nº 08350.009585/2018-01 vigente até 31/12/2023. Desta forma, torna-se imprescindível a realização de nova licitação na modalidade de Pregão Eletrônico que contemple os equipamentos de transporte vertical da atual sede da SR/MG, da futura sede objeto de locação, da DRPJ/MG, bem como as Delegacias da Polícia Federal em Montes Claros e Uberlândia.

2.7. Nesses termos, o principal objetivo da contratação é garantir o bom funcionamento administrativo e policial das unidades da Polícia Federal em Minas Gerais, tornando-se imprescindível a contratação de pessoa jurídica para a execução das manutenções que atendam com fornecimento de peças, materiais, inclusive os de reposição, equipamentos e ferramentas necessários a execução dos serviços, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, objetivando ainda, conservar o bem público, evitando-se desta forma transtornos para a Polícia Federal no desempenho cotidiano de suas atividades meio e fim.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED - Grupo Técnico de Edificações	Daniela Bridges Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O referido contrato visa a manutenção corretiva e preventiva dos elevadores e plataformas elevatórias das unidades centrais e descentralizadas da Polícia Federal em Minas Gerais.

4.2. As unidades que tem elevadores estão especificadas no item 2. desse Estudo Preliminar, destacando-se as unidades da SRMG (atual e novas sedes), DRPJ e delegacias do interior (Montes Claros e Uberlândia).

4.3. Em relação à natureza do serviço, são classificados como auxiliares de manutenção, técnico e operacional, de natureza continuada, com fornecimento de peças/materiais). Todos se enquadram nos pressupostos da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto nº 5.450/2005, que define os mesmos como COMUNS, já que tem padrões de desempenho e qualidade concisos e objetivamente definidos através de instrumento específico (termo de referência), em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, com prestação por empresas do ramo de forma fácil e usual.

4.4. O contrato terá duração de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, de acordo com a nova Lei 14.131/2021.

4.5. Para que os serviços sejam realizados com agilidade, eficiência, qualidade e segurança, a Polícia Federal opta pela contratação dos serviços terceirizados desde que sejam atendidos os seguintes pré-requisitos:

- observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso;
- cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto na fase interna como na fase externa da licitação;
- dimensionamento adequado dos postos de trabalho e consequente valor estimado de modo a garantir boa relação custo/benefício;
- célere instrução do processo de modo a garantir que não haja solução de continuidade nos serviços ora prestados.
- a empresa selecionada possua capacidade técnica, financeira e jurídica de prestar os serviços objeto da licitação;
- a empresa selecionada esteja ciente das especificidades dos serviços a serem prestados, possuindo quadro de funcionários suficiente para atender as exigências a serem definidas no Termo de Referência;
- Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.6. O contrato será ativado de forma escalonada, seguindo o cronograma de liberação a ser detalhado no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A solução viável para contratação dos serviços é através de Pregão Eletrônico, regido pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e demais legislações pertinentes, pois configuram serviços comuns, tendo em vista a apresentação de padrões de desempenho e qualidade concisos e objetivamente definidos, em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, além de serem facilmente prestados por diversas empresas do ramo.

5.2. Além disso, quanto a pesquisa de preços, foram utilizados os seguintes parâmetros para formação do valor de referência:

a) - Utilização de consulta preferencial ao Painel de Preços, seguindo o regramento contido na Instrução Normativa 73/2020-MPD, especialmente em seu art. 5º, que assim estabelece:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldepregos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado: I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado; II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereço e telefone de contato; e d) data de emissão. III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput."

b) Formação de preços a partir de pesquisa de mercado com empresas especializadas conforme abaixo e constante ao processo:

- ENGELEVA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES - CNPJ:04.732.156/0001-18
- MILÊNIO ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES - CNPJ: 03.539.398/0001-27;
- VERTICAL SIGMA ELEVADORES - CNPJ: 28.059.001/0001-20;
- NEOLIFT MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA - CNPJ: 41.599.807/0001-70.

5.3. A partir do levantamento realizado, verifica-se que a contratação, nos termos em que se pretende realizar, é usual no mercado, podendo ser plenamente atendida pela maioria das empresas especializadas nesse serviço. Além disso, nas contratações estudadas não se encontrou modelo diverso para a contratação e realização dos serviços em questão. Conclui-se, assim, que a contratação indireta dos serviços, por meio de empresa especializada, para prestar o serviço com preço mensal fixo incluindo todas as peças necessárias é a maneira mais eficiente de atender a esta necessidade da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo abrange a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores e plataformas elevatórias com fornecimento de peças, componentes materiais, ferramentas, instrumentos, equipamentos de proteção individual e demais meios necessários à realização do serviço.

6.2. Especificação Técnica dos Elevadores/Plataforma Elevatória:

Item	Equipamento	Fabricante	Modelo	Capacidade (passageiros)	Paradas	Local de prestação do serviço
01	Elevador	THYSSENKRUPP		08 passageiros	05	Belo Horizonte (sede SRMG)
02	Elevador	THYSSENKRUPP		12 passageiros	05	Belo Horizonte (sede SRMG)
03	Plataforma PNE	MONTELE	PL240P	1 cadeirante ou 02 passageiros	02	Belo Horizonte (DRPJ/SR/MG)
04	Elevador	THYSSENKRUPP	Frequencedyne	08 passageiros	12	Belo Horizonte (Ed. Raja Quick)
05	Elevador	THYSSENKRUPP	Frequencedyne	08 passageiros	12	Belo Horizonte (Ed. Raja Quick)
06	Elevador	THYSSENKRUPP		10 passageiros	13	Belo Horizonte (Tuma)
						Belo Horizonte

07	Elevador	THYSSENKRUPP		10 passageiros	13	(Tuma)
08	Elevador	ATLAS SCHINDLER	S001 3300	07 passageiros	06	Montes Claros (DPF/MOC/MG)
09	Plataforma PNE	MONTELE	PL240P	1 cadeirante ou 02 passageiros	04	Uberlândia (UTEC/DPF/UDI /MG)
10	Plataforma PNE	NÃO IDENTIFICADO		1 cadeirante ou 02 passageiros	04	Uberlândia (DPF /UDI/MG)

6.2. Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva:

6.2.1. Cabe à CONTRATADA efetuar mensalmente os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos, efetuando a inspeção, limpeza, lubrificação, regulagem, ajustagem e reparos, em todos os seus componentes, sejam eles mecânicos, eletroeletrônicos ou eletrônicos, localizados na casa de máquinas, caixa de corrida, poço (inclusive limpeza do poço), cabine e pavimentos, conforme necessidade técnica e de acordo com o plano de manutenção preventiva e corretiva, a fim de proporcionar funcionamento seguro, eficiente, confortável e econômico;

6.2.2. Para os serviços de manutenção corretiva emergencial ou programada, compete à contratada substituir ou consertar componentes mecânicos e eletroeletrônicos necessários à recolocação dos equipamentos em condições normais de segurança e funcionamento, e executar sempre que necessário as substituições de peças e componentes;

6.2.3. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todo ferramental, equipamentos e instrumentação necessários à realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, mantidos em pleno estado de conservação e operação;

6.2.4. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários à realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;

6.2.5. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para a CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de peças, materiais e componentes para o perfeito funcionamento dos elevadores, inclusive os materiais de consumo de primeira qualidade que são utilizados pelos empregados na manutenção tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza do aço inox das cabinas, lâmpadas e reatores, estopas, panos, parafusos, arruelas, pregos, óleos e outros necessários à execução dos serviços. A CONTRATADA deverá manter os equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização a qualquer tempo, adequados à produtividade, compatível com as respectivas especificações técnicas, substituindo-os em caso de defeito no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;

6.2.6. O local para armazenamento dos equipamentos e ferramentas será indicado pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter a área reservada para este fim perfeitamente limpa e organizada;

6.2.7. Os profissionais designados pela CONTRATADA para execução dos serviços deverão apresentar-se à Polícia Federal trajando uniforme completo e limpo, com crachá de identificação. Como uniforme completo considera-se o conjunto de calça, camisa e calçado com solado de borracha, em condições de perfeito isolamento, além de outros equipamentos de proteção individual (EPIs), que poderão ser exigidos pela CONTRATANTE, conforme a natureza da tarefa, e/ou legislação específica;

6.2.8. Cabe à CONTRATADA relatar imediatamente ao GTED/GAB/SR/PF/MG a paralisação de um equipamento, e apresentar orçamento descritivo no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, detalhando o problema detectado, as peças e os componentes necessários à sua correção, bem como seus valores unitários e totais;

6.2.9. A substituição de peças e ou componentes durante a manutenção preventiva ou corretiva deverão ser comunicadas formalmente ao GTED/GAB/SR/PF/MG, contendo no comunicado o motivo da substituição e as providências que se fizeram cabíveis;

6.2.10. As peças substituídas em virtude de serviços preventivos e corretivos executados são de propriedade da CONTRATANTE, devendo ser recolhidas e entregues pela CONTRATADA em local e data definidos.

6.2.11. A CONTRATADA será responsável pelos serviços, reposição de peças e mão-de-obra para a solução integral dos defeitos provenientes de todas as manutenções realizadas nos equipamentos relacionados ao objeto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O contrato a ser firmado prevê a manutenção preventiva e corretiva para os elevadores e plataforma elevatórias tanto na cidade de Belo Horizonte, onde se encontram a sede atual e sedes provisórias, além da unidade DRPJ, além das unidades no interior como em Montes Claros e Uberlândia.

7.2. A pretensão é contratar uma única empresa que faça a manutenção em todas as unidades, de forma a dar celeridade à contratação, aumentar a competitividade e possibilitar que todas as edificações sejam atendidas com o serviço que é primordial para o bom funcionamento. De acordo com as especificidades e dificuldades de alocação de mão de obra, será necessário prever no entanto a subcontratação de serviços, a ser detalhada no Termo de Referência.

7.3. A quantidade de equipamentos objeto da prestação de serviço está descrita no item 6 deste Estudo Técnico Preliminar que conta com 10 (dez) maquinários de transporte vertical presentes nas unidades da Polícia Federal em Belo Horizonte, Montes Claros e Uberlândia.

7.4. A prestação de serviço engloba o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de reposição imediata, insumos, peças e componentes genuínos dos respectivos fabricantes.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 169.200,00

8.1 Para formação do preço de referência foi solicitado orçamento a diversas empresas especificamente para esta licitação.

8.2. O valor do contrato para manutenção dos elevadores das unidades da Polícia Federal em Belo Horizonte, Montes Claros e Uberlândia foi estimado em R\$ 169.200,00.

EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
VERTICAL SIGMA ELEVADORES	DPF/UDI/MG	2	3.600,00	43.200,00
EXPERT ELEVADORES	DPF/MOC/MG	1	2.000,00	24.000,00
ENGELEVA	SRMG	2	2.980,00	36.000,00
MILENIO ELEVADORES	DRPJ	1	1.400,00	18.000,00
MILENIO ELEVADORES	TUMA	2	2.000,00	24.000,00
MILENIO ELEVADORES	RAJA QUICK	2	2.000,00	24.000,00
TOTAL			13.980,00	169.200,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O não parcelamento da solução referente à licitação de manutenção corretiva e preventiva de 10 elevadores/plataformas elevatórias da Polícia Federal em Minas Gerais, contemplando os municípios de Belo Horizonte, Montes Claros e Uberlândia, pode ser justificada com base em várias considerações específicas a esse tipo de contrato:

1.

Garantia de Serviço Contínuo: A manutenção de elevadores é uma necessidade contínua e ininterrupta, uma vez que a segurança e a operacionalidade dos elevadores são fundamentais para a mobilidade e o funcionamento adequado dos edifícios. O parcelamento de um contrato de manutenção poderia criar lacunas no atendimento, o que representaria um risco para a segurança e a comodidade dos usuários.

2.

Especialização e Conhecimento Técnico: A manutenção de elevadores requer um alto nível de conhecimento técnico e especialização. A contratação de um único fornecedor para atender a todas as unidades garante que a equipe técnica esteja familiarizada com todas as particularidades dos elevadores e plataformas elevatórias em questão.

3.

Padronização e Consistência: Ao manter um único contrato, é possível garantir que as práticas de manutenção, as peças de reposição e os procedimentos sejam padronizados em todos os locais atendidos. Isso é essencial para manter a consistência e a qualidade do serviço prestado.

4.

Redução de Custos Administrativos: O parcelamento de contratos gera custos administrativos adicionais, como a necessidade de gerenciar vários processos licitatórios, avaliar diferentes fornecedores e monitorar contratos separados. Ao consolidar tudo em um único contrato, é possível economizar em termos de despesas operacionais e tempo de pessoal.

5.

Melhor Controle e Responsabilidade: Um único contrato facilita o controle e a responsabilidade sobre o fornecedor. Em caso de problemas, é mais claro identificar quem é o responsável e tomar medidas corretivas, o que pode ser mais complicado em um cenário de contratos parcelados.

6.

Economia de Escala: Ao contratar uma única empresa para a manutenção de todos os elevadores e plataformas elevatórias, pode-se obter economias de escala. Isso se traduz em melhores preços, condições mais vantajosas e maior poder de negociação com o fornecedor.

7.

Simplificação da Gestão: Gerenciar um único contrato de manutenção é mais simples e eficiente do que gerenciar múltiplos contratos com diferentes fornecedores. Isso simplifica a gestão de contratos, a comunicação e o acompanhamento do desempenho.

9.2. Portanto, a não parcelamento da licitação de manutenção corretiva e preventiva de 10 elevadores/plataformas elevatórias da Polícia Federal em Minas Gerais para Belo Horizonte, Montes Claros e Uberlândia é justificada pela necessidade de garantir a continuidade do serviço, a qualidade e a segurança dos elevadores, além de simplificar a gestão, reduzir custos e obter melhores condições contratuais.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há outras contratações correlatas ou interdependentes, além das relacionadas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2014/2022, atualizado pela Resolução nº 05/2011-DG/DPF, de 12 de agosto de 2021, no item 2.5.2 do anexo IV (26674837), prevê que a Polícia Federal deve objetivar a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica, em busca de eficiência e efetividade das atividades dos serviços prestados.

11.2. Dentre as ações estratégicas institucionais, otimizando o emprego dos bens e recursos materiais, segue abaixo algumas das diretrizes traçadas no planejamento do órgão:

"2.5. Objetivo: Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos Conferir efetividade e modernização de técnicas voltadas à gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

2.5.2. Ação Estratégica: Padronizar a Gestão de Compras e Contratações Padronizar e otimizar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade. Assim como, acompanhar e controlar

sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma proativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

2.5.3. Ação Estratégica: Uniformizar a Gestão Orçamentária e Financeira Uniformizar e implementar procedimentos relativos às boas práticas orçamentário-financeiro-contábeis, no sentido de supervisionar, controlar e avaliar a execução orçamentária.

2.7. Objetivo Institucional: Consolidar a Governança e os Mecanismos de Controle Institucional Consolidar o conjunto de práticas gerenciais voltadas ao cumprimento da missão institucional do órgão, com a finalidade de estabelecer um modelo de tomada de decisão a respeito de: planejamento estratégico, riscos e controles internos, integridade, transparência, políticas públicas e recursos de Tecnologia de Informação e Comunicações, contratações e pessoal."

11.3. Número do DFD no PGC DA UASG: 200350-1 DFD 53

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 As edificações públicas são gerenciadas pela Secretaria de Patrimônio da União, cabendo aos órgãos públicos a manutenção, a conservação e o acompanhamento da vida útil das mesmas, incluindo as máquinas e equipamentos nelas instalados. Existe farta legislação a respeito desse tipo de contratação, com decisões do Tribunal de Contas da União e da Assessoria Jurídica, embasando novas contratações nessa modalidade, de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a aplicação dos programas de governo.

12.2. O contrato a ser firmado visa atender às necessidades futuras e atuais do órgão no que se refere à perfeita e completa utilização da edificação, no tocante aos equipamentos de transporte vertical, favorecendo o bom andamento das atividades meio e fim da Polícia Federal, na Superintendência do Estado de Minas Gerais e na Delegacia da Polícia Federal em Montes Claros e Uberlândia.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Considerando tratar-se de contrato de serviços já prestados na unidade, não há providências adicionais a serem adotadas

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os possíveis impactos ambientais do serviço a ser contratado diz respeito aos materiais que serão utilizados em sua execução, bem como o descarte de eventuais resíduos;

14.2. Assim, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, devem ser utilizados, sempre que possível, materiais que sejam reciclados, reutilizados ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

14.3. Além disso, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 relativas a sistemas de gestão ambiental;

14.4. Com relação à gestão de resíduos, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na , de 2010 – Lei nº 12.305 Política Nacional de, de 05/07/2002, do, e Resíduos Sólidos Resolução nº 307 Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, de 19/01/2010; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 115.5. Serão inseridas como obrigações da contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto: 15.5.1. Adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, tais como: I - Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; II - Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; III - Racionalização /economia no consumo de energia e água; IV - Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pela Prefeitura Municipal quando aplicável no local que prestados os serviços; V - Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; 15.6. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados

e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.15.6.1. Além das boas práticas de otimização de recursos /redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no da , de 19/01/2010,Artigo 6ºInstrução Normativa SLTI /MPOG nº 1publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:I - Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ;ANVISAII - Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;III - Observar a , de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza queResolução CONAMA nº 20gerem ruído no seu funcionamento;IV - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;V - Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;VI - Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, se usadas, segundo disposto na , de 04/11/2008;Resolução CONAMA nº 401VII - Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações ecooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006,procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os serviços de manutenção nos elevadores são essenciais para a continuidade da prestação da atividade fim e meio da PF em Minas Gerais, e está amparada no arcabouço legal vigente

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Agente de Polícia Federal

DANIELA BRIDGES SANTOS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 16/11/2023 às 14:51:39.